

O ESTADO EM DISPUTA: REFLEXÕES A PARTIR DO BRASIL E DA ARGENTINA FRENTE À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS¹

Florencia Musante²

O aparecimento e o avanço do novo coronavírus no mundo alteraram significativamente as formas de habitá-lo. Aquilo que, aparentemente, teve início em dezembro de 2019 em Wuhan, China e que parecia tão distante, hoje preocupa e alerta ao mundo inteiro. Nesta parte do planeta – América Latina -, há mais de três meses que todas as esferas da vida foram afetadas e profundamente transformadas pela expansão da COVID-19.

Desde que a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a recomendar medidas a serem tomadas pelos Estados nacionais para lidar com a disseminação da pandemia, os distintos governos foram chamados a atuar, seguindo, porém, caminhos diferentes.

Alguns agiram rapidamente impondo isolamentos obrigatórios a toda a população, testes massivos e políticas de controle (China, Coréia do Sul), outros tardaram para impor limites na dinâmica do mercado e dar conta da gravidade da situação (Espanha, Itália) enquanto um grupo de países negava, pelo menos inicialmente, a necessidade de intervir rápida e massivamente (Grã-Bretanha, Estados Unidos).

Quando a pandemia atingiu a América Latina, longe de uma coordenação regional, houve também ações diferentes: as medidas estatais em alguns países

¹ Agradeço a motivação para escrever e o intercâmbio inspirador com a turma do PPGS da Profa. Bárbara Castro, assim como também as sugestões que ajudaram a melhorar substantivamente a argumentação deste trabalho de Flavio Lima, Maria Emilia Nieto e Sara Lia Chiavaro e as leituras atentas e muito necessárias da Profa. Arlete Moisés Rodrigues, Profa. Patricia Pintos e Prof. Ramiro Segura.

² Socióloga pela Universidade Nacional de La Plata (UNLP - Argentina) com sede em IDICHS-CONICET e mestranda em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP - Brasil).

priorizaram o direito à saúde e assistência à população (Venezuela, Cuba, Argentina), enquanto outros países optaram por enfatizar o controle e a militarização (Chile, Equador, Bolívia). Há também os que praticamente não adotaram medidas, ou, seguindo seus referentes do norte, consideraram que o fluxo econômico não merece ser interrompido (Brasil, El Salvador) ³.

Para pensar a atuação dos Estados nacionais frente à pandemia, é necessário se colocar no contexto da hegemonia neoliberal que governa o mundo há pelo menos quatro décadas. Entender o neoliberalismo como projeto político desenvolvido pela classe capitalista contra o trabalho (Harvey, 2016) permite dar conta da destruição da estrutura pública dos Estados, que destinaram cada vez menos fundos para as necessidades básicas da maioria da população, como a saúde, a educação, a moradia, levando adiante a precarização da vida da classe trabalhadora. Com o capital financeiro na dianteira, a crise estrutural do capitalismo existe muito antes da chegada do coronavírus. Como disse Rolnik (2020), a pandemia não é a razão da crise, ela escancara a crise, a mostra.

Neste marco, sustentamos que o papel dos Estados nacionais como atores centrais diante da crise aprofundada pela pandemia se torna evidente. As políticas estatais executadas (ou não) pelos governos federais exercem uma influência decisiva no “comportamento das curvas”, ou seja, no número de infecções e mortes resultantes da pandemia. Em suma, a situação atual deixa em evidência que os Estados-nação se constituem como principais garantidores da saúde e se tornam cruciais nas possibilidades de vida ou morte de pessoas ⁴.

Partimos de entender ao Estado como uma relação social, cuja particularidade é a dominação (Sanmartino, 2009; Linera, 2015). Longe de

³ Para uma análise mais detalhada das medidas adotadas por diferentes países, consulte Nercesian (2020), “A pandemia na América Latina” disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/264231-la-pandemia-en-latinoamerica>, ou Callil (2020). Disponível em: <https://www.correiocidania.com.br/2-uncategorised/14136-america-do-sul-e-o-covid-19-diferentes-politicas-resultados-opostos>.

⁴ Um artigo publicado recentemente mostra como os países com maiores casos de COVID tem governos conservadores, e foram os que demoraram em adotar medidas de isolamento. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/22/lideres-em-casos-de-covid-tem-governos-conservadores-ou-demoraram-a-adotar-isolamento>

pensar no Estado como uma entidade monolítica, pensamos nele como uma cristalização das correlações de forças. O Estado é o garantidor das relações de produção capitalistas, mas não pode ser entendido como um instrumento abstrato e separado, isolado das relações sociais; ele é um produto e produtor dessas relações e está diretamente ligado à luta de classes (Ouviaña, 2002; Orovitz Sanmartino y Thwaites Rey, 2011). Entender o Estado como uma forma política (Mascaro, 1976) como um processo, um conjunto de relações, lutas, símbolos, discursos, recursos (Linares, 2016) permite pensar nos conflitos e disputas, nos diferentes atores sociais, forças e poderes que intervêm. Como diz Thwaites Rey (2019: 25), “esse enxame multifacetado que chamamos de Estado é um tecido complexo, caótico, contraditório, funcional e disfuncional ao mesmo tempo”.

Propomos neste artigo analisar quais foram as posições, medidas e ações adotadas pelos Estados do Brasil e da Argentina nesse contexto⁵, entendendo que as medidas adotadas em nível nacional pelos dois países colocam-se em oposição: um praticamente negando a gravidade da doença, sem medidas de proteção para os trabalhadores e com níveis de maior contágio e morte; o outro, com fortes medidas centralizadas do Estado nacional para proteger a saúde da população, com uma curva de contágio relativamente controlada.

O foco será então colocado nas ações, medidas e posições tomadas pelos dois Estados nacionais diante da pandemia, em busca de pistas sobre qual é o modelo de estado que está sendo colocado e qual é o projeto político que o impulsiona. Ainda, trataremos sobre como essas decisões impactam na possibilidade de sobrevivência das populações.

Argentina

No dia 15 de março foi anunciado o fechamento das fronteiras aéreas e terrestres da Argentina pelo presidente Alberto Fernandez (2019-Atual), junto com outras medidas como a suspensão das aulas de todas as escolas fundamentais e de ensino médio no país, e a licença laboral para pessoas maiores

⁵ Dada a velocidade das mudanças dos acontecimentos analisados, é preciso aclarar que este trabalho analisa os eventos ocorridos nos meses de março e abril e de maio de 2020.

de 60 anos.⁶ Segundo os dados oficiais, o país abrigava, naquele momento, 56 casos confirmados de pessoas com COVID-19, e entre elas se contabilizaram as primeiras 2 mortes.⁷ Cinco dias mais tarde, foi anunciado o início do “isolamento social preventivo obrigatório”, mediante o qual todas as pessoas deveriam ficar nas próprias casas, com o objetivo de lograr o “achatamento da curva do vírus”. Naquele momento, 20 de março, o país tinha 158 casos confirmados e 3 mortes. Ambos os anúncios foram feitos pelo presidente da nação em conferências nacionais, nas quais detidamente o presidente se dedicou a explicar as causas das medidas e as recomendações dos especialistas que tinham levado a tomar as decisões, na procura de transmitir calma e também firmeza à população. Foram definidas desde o início as atividades essenciais, que continuariam sendo executadas, enquanto todo o resto da população deveria ficar em suas casas.

A mesma estratégia discursiva do presidente foi usada cada vez que o isolamento foi estendido.⁸ Em um pronunciamento feito no início de abril, o presidente Fernandez falou mais de uma hora, com um Power Point de suporte, explicando os números de contágios, mortes e recuperados na Argentina, comparando os dados com o Brasil e os EUA, para dar conta da eficácia do isolamento.⁹ Insistiu a importância de continuar cumprindo com o isolamento, e repassou algumas medidas tomadas pelo Estado para fazer frente à pandemia, sobretudo nos setores mais vulneráveis. Podemos pensar que a escolha de comparar os dados com o Brasil e com os EUA responde a uma decisão política que, de certo modo, constrói uma fronteira: é a comparação entre projetos políticos e modelos de Estado opostos. Quando expostos ao grande público, os

⁶ A licença laboral para maiores de 60 anos, assim como também para pessoas com doenças que sejam consideradas de risco, implica a isenção do dever de assistência ao local de trabalho, com pleno gozo de sua remuneração. Pretende-se que o trabalho seja feito de maneira remota. Mais informação em: <https://www.pagina12.com.ar/253112-coronavirus-clases-suspendidas-y-fronteras-cerradas>

⁷ Dados do Informe Diário do governo nacional disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/coronavirus/informe-diario>

⁸ No começo era até o dia 31 de março, foi estendido logo até o dia 11 de abril, e mais tarde até o dia 27 de abril, 11 e logo 30 de maio. A última extensão anunciada leva a quarentena até o dia 8 de junho.

⁹ Discurso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z-2HbkhpORc>

dados reforçam o distanciamento do projeto de país dos governos escolhidos para se comparar (e, podemos agregar, também marca o distanciamento com o seu antecessor na arena política local, o Mauricio Macri (2015-2019))¹⁰.

Dentre as medidas mais importantes tomadas pelo governo nacional se destacam: Limites de preços para alimentos da cesta básica e produtos de primeira necessidade (19 de março)¹¹; Ingresso Familiar de Emergência (IFE): consiste no pagamento excepcional de \$10.000 (R\$800,00 reais aprox.¹²) durante o mês de abril para pessoas que não tem emprego formal, incluindo os trabalhadores por conta própria nas categorias mais baixas. (23 de março)¹³; Suspensão temporária por cortes de serviços por falta de pagamento: luz, água, gás, telefone, internet e televisão não podem ser suspensos até o fim de agosto (25 de março)¹⁴; Pagamento extraordinário aos trabalhadores da área da saúde: receberão durante os meses de abril, maio, junho e julho um pagamento extra de 5.000\$ (o que equivale a algo próximo a R\$400,00¹⁵) (26 de março)¹⁶. Essas medidas econômicas e sociais buscaram reduzir o impacto da imposição do isolamento obrigatório para a classe trabalhadora, impedida no momento de continuar vendendo sua força de trabalho para subsistir, e foram em grande parte impulsionadas por demandas dos setores populares e de organizações sociais.

¹⁰ O projeto político conduzido pelo Mauricio Macri teve como principal objetivo uma forte ofensiva ao trabalho. O objetivo estratégico foi infligir uma derrota às classes populares para permitir uma reestruturação regressiva do capitalismo local (Mosquera, 2018). Já nos primeiros meses do governo teve uma enorme transferência de riqueza para o setor empresarial, e se construiu em torno a um discurso que postulava ao kirchnerismo como principal inimigo. O retorno ao endividamento externo junto com o impulso da reforma trabalhista e a reforma de previdência marcou os eixos do governo, que deixou o país com um aumento enorme do desemprego, a pobreza e os uma caída muito importante no nível de vida.

¹¹ Essa primeira medida, embora tentasse conter o poder de marcar os preços dos grandes grupos concentrados, teve pouca eficácia. Ver <https://www.argentina.gob.ar/preciosmaximos>

¹² Pesos Arg \$10.000 = R\$ 837,60 (cambio oficial Banco Central Do Brasil 20/05/2020)

¹³ Ver <https://www.argentina.gob.ar/noticias/el-gobierno-nacional-anuncio-un-ingreso-familiar-de-emergencia-para-trabajadores-informales>

¹⁴ Decreto 311/2020. Mais informação disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/227120/20200325>

¹⁵ Pesos Arg \$5.000 = R\$418,80 (cambio oficial Banco Central Do Brasil 25/05/2020)

¹⁶ Dados oficiais do governo nacional disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/227193/20200327>

Com relação a outros setores sociais como médias e grandes empresas, também foram tomadas uma série de decisões, contempladas centralmente no “Programa de assistência de emergência ao trabalho e a produção” (ATP)¹⁷. Entre as principais, se destacam: o adiamento ou redução de até noventa e cinco por cento (95%) do pagamento de contribuições patronais ao Sistema Integrado de Seguridade Social da Argentina e a habilitação de um salário complementar, que consiste no pagamento pelo Estado Nacional de até 50% do salário dos trabalhadores em relação de dependência do setor privado. A suspensão inicial das demissões pelo governo derivou posteriormente em um acordo com as empresas e os sindicatos para permitir uma redução de 25% nos salários para quem não está em atividade. Essas medidas mostram, mais uma vez, que as políticas não são monolíticas e estão atravessadas constantemente por poderes que as disputam. Além destas, um pacote de assistência financeira procura apaziguar o impacto no setor produtivo, com créditos flexíveis no setor de alimentos e higiene e com investimento público na produção tecnológica, de insumos médicos e industriais.¹⁸

Conforme citado anteriormente, o fechamento da fronteira nacional foi uma das primeiras medidas tomadas: foi vetada a entrada no país de qualquer pessoa não argentina, seja por ar ou por terra, sem importar sua nacionalidade. Mas interessa aqui pensar que também foram construídas outras fronteiras, outros limites dentro do país: entre aqueles que podem e aqueles que não podem deixar suas casas. A determinação de impor o isolamento obrigatório para a maioria da população de forma contundente, junto com a definição de atividades essenciais, foi decisiva. Começa com ela um processo complexo de estabelecimento, definição e negociação de fronteiras internas, que não ocorreu sem conflitos e disputas.

¹⁷ Estabelecido no Decreto 332/2020 no dia 1 de abril.

¹⁸ Para mais informação: <https://www.infobae.com/economia/2020/03/21/las-30-medidas-economicas-que-tomo-el-gobierno-para-paliar-las-consecuencias-del-coronavirus/>

A primeira lista de atividades essenciais incluiu 24 atividades¹⁹. Ela mostra que a gestão da crise, a definição entre quem pode e quem não pode sair, está nas mãos do poder centralizado do Estado. As forças de segurança são as que garantem que as medidas sejam cumpridas por meio de controles, multas e vigilância. Não sem a contraparte dos abusos de poder denunciados por diferentes organizações políticas e organizações de direitos humanos, sobretudo nas periferias mais pobres²⁰.

Na Argentina, o Estado nacional é o ator central diante da gestão de crises, decretando medidas, realizando ações, impondo limites, fronteiras e possibilidades no cotidiano das pessoas²¹. Age tanto no plano discursivo como através de medidas concretas, respondendo aos interesses da maior parte da população: as medidas para cuidar da saúde das pessoas são as prioritárias. O falso dilema saúde versus economia é eclipsado (ao menos temporalmente e não sem pressões) mediante a proteção da vida e a garantia da sobrevivência dos setores mais vulneráveis, da classe trabalhadora como um todo ²².

Ao mesmo tempo, também são levadas a cabo medidas que buscam minimizar o efeito da queda da produtividade, transferindo “gastos” e “responsabilidades” empresariais para o Estado. O delicado equilíbrio com

¹⁹ A lista compreende: pessoal de saúde, forças de segurança, autoridades governamentais, pessoal de justiça, o setor de alimentos como um todo, transporte público e de resíduos, serviços funerários, atividades de comunicação, manutenção serviços básicos (água, eletricidade, gás, internet, telefone), entre outros.

²⁰ A “Garganta Poderosa”, a Comissão pela Memória da Província de Buenos Aires e a CORREPI são três organizações que em suas diferentes redes sociais e declarações oficiais denunciaram os abusos das forças policiais durante a quarentena.

²¹ Vale esclarecer que com o passar das semanas, a quarentena entrou em novas fases onde algumas decisões respeito ao isolamento obrigatório passaram as mãos dos governadores e prefeitos, mas sempre com condução centralizada do governo federal.

²² O forte investimento na área de saúde se soma as medidas econômicas e sociais, para fazer frente à pandemia em um país que vem de quatro anos de um projeto pro empresarial que atacou ferozmente as condições da classe trabalhadora, aumentou o desemprego e produziu um enorme desinvestimento no sistema de saúde. O governo do Macri foi claramente um impulsor de um modelo de país baseado na acumulação financeira, e o poder dos grandes grupos concentrados continua sendo um fator de muito poder. A crise econômica atual do país é um dado preocupante, agravada pela pandemia, e sem dúvidas a pressão da direita e dos grandes grupos econômicos concentrados continua sendo um fator de muito poder, que intervém na arena política e pressiona para impor os próprios interesses.

que lida o governo argentino é constantemente tensionado pelos interesses contrapostos, de distintas frações do capital e do trabalho, e pode ser rompido em qualquer momento.

Só para indicar alguns elementos recentes, é preciso ver que nas primeiras semanas do mês de maio a quarentena se flexibilizou e foi permitida a volta do funcionamento de vários comércios e empresas industriais, como resposta à pressão desses setores econômicos. Começou a haver, também, manifestações - ainda que marginais - de grupos de direita contra a quarentena, animadas por algumas figuras da oposição. Ao mesmo tempo, é notório o aumento de casos nas favelas da Região Metropolitana de Buenos Aires, que deixa exposta a crítica situação sócio-habitacional das periferias²³. A morte de Ramona (Villa 31) e o cerco policial de Villa Azul afetaram profundamente a preocupação dos setores progressistas, e as organizações sociais estão exigindo mais do que nunca a articulação necessária com a política do estado²⁴.

Aparecem então alguns elementos que dão pistas para pensar como se materializam os conflitos entre interesses contrapostos, nos quais os vestígios do capital concentrado se fazem presentes em um cenário renovado, que inclui um novo projeto político e organizações sociais que lutam pela predominância da vida. Como pontuamos no início, mais do que nunca o Estado dever ser pensado como correlação de forças, como espaço constante de fricções, disputas e interesses divergentes.

Por último, cabe ressaltar que o conjunto das medidas do governo argentino estão sendo tomadas em coordenação com todos os governadores

²³ A responsabilidade do prefeito da cidade de Buenos Aires, pertencente ao partido do Macri, no aumento de casos nas favelas de Buenos Aires implica novas discussões que não tem lugar neste artigo, mas são necessárias para entender a disparada da curva nesta área.

²⁴ Ramona Medina era uma comunicadora popular que vinha denunciando há semanas a falta de água e condições de quarentena na Villa 31 (CABA). Ela foi infectada com coronavírus e morreu no domingo, 17 de maio, símbolo das profundas desigualdades sociais que foram grosseiramente expostas pela pandemia. Villa Azul é um bairro na província de Buenos Aires, onde o alto número de contágios levou as autoridades a cercar o bairro através de uma operação policial que foi amplamente difundida pela mídia. As controvérsias e críticas em torno das medidas tomadas em um bairro popular, onde muitas necessidades não são garantidas, geraram vastos debates.

provinciais, em uma tentativa de mostrar unidade e consenso dos governantes dos distintos níveis e, inclusive, de distintas bandeiras políticas ²⁵.

Brasil

No Brasil, torna-se difícil analisar as políticas adotadas contra a expansão do coronavírus sem entrar nas discórdias e conflitos dentro da classe governante. Os confrontos e declarações cruzadas entre o presidente da nação e os governadores, ministros ou mesmo o Congresso nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF) disputam o primeiro plano das notícias e manchetes de jornais, juntamente com as mortes em função da COVID-19. Vários autores apontam que a explosão do novo coronavírus precipitou no debate público a disputa entre dois projetos políticos de direita (Fontes 2020, Gomes Ribeiro 2020; André Flores Penha Valle e Del Passo, 2020). Como diz Dino (2020), o Brasil enfrenta dois tipos de patologias: uma de saúde, ligada ao vírus, e outra de natureza política.

Em uma visão geral, estamos diante de um governo nacional que negou, tanto quanto possível, a incidência do vírus e sua gravidade, com base em declarações contraditórias e inconsistentes, realizadas pelo presidente Jair Bolsonaro (2018-atual). Se no pronunciamento de 24 de março o vírus não ia além de uma “gripezinha ou resfriadinho” com o qual não havia necessidade de se preocupar, uma semana depois ele declarava “estamos enfrentando o maior desafio da nossa geração” ²⁶. Ao contrário do caso argentino, os discursos do presidente Bolsonaro são curtos e suas aparições na mídia são esporádicas (em geral quando se desloca de um lugar para outro ou na frente do palácio governamental). Suas posições em relação à gravidade da pandemia flutuaram,

²⁵ Uma das coisas que se destaca é a coordenação com os governadores provinciais e a decisão de mostrar unidade. Antes dos anúncios mais importantes, o presidente se reuniu - por videoconferência - com todos os líderes provinciais, que apoiam as medidas conjuntas e fazem declarações de acordo, tomando as medidas correspondentes para cada estado. Mais informação: https://www.clarin.com/politica/videoconferencia-gobernadores_0_QrycEYeoc.html

²⁶ Declarações feitas o dia 30 de março. Registradas na Folha de São Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/de-gripezinha-a-pedido-por-uniao-compare-os-pronunciamentos-de-bolsonaro-na-crise-do-coronavirus.shtml>

mas sempre seguiram a mesma direção em relação às prioridades: a economia não pode parar e o governo nacional sempre se posicionou contra o isolamento social obrigatório. A afirmação de que a continuidade das atividades econômicas é inevitável buscou até justificar-se com base nos meios de subsistência dos mais vulneráveis: “O efeito colateral das medidas de combate ao coronavírus não pode ser pior do que a própria doença”, referindo-se à importância dos trabalhadores informais poderem continuar tendo sua renda diária - arriscando suas vidas, claro. Até a data dessas declarações, em 30 de março, o Brasil já tinha 159 mortes e 4.579 casos contagiados, segundo dados do Ministério da Saúde ²⁷.

Acrescenta-se a este cenário as manifestações nas ruas por grupos de extrema-direita, que tentam criar um clima de intimidação incitando a violência ²⁸ e/ou pedindo intervenção militar no Congresso Nacional ²⁹.

Focalizando no enfrentamento da pandemia, no nível nacional a medida mais importante adotada³⁰ com relação à classe trabalhadora foi o estabelecimento de um auxílio financeiro para trabalhadores informais de baixa renda, que busca minorar as restrições econômicas impostas pela pandemia. A medida contempla o pagamento de R\$600,00 por três meses a quem se cadastrar e atender aos requisitos ³¹. Como no caso argentino, a demanda do auxílio emergencial superou em muito o estimado pelos governos, e nos dois países ainda há muitas pessoas que não receberam. Foi declarada também a proibição dos cortes na energia elétrica (24 de março) em residências e locais essenciais. Além dessas duas medidas mencionadas, não há registros de outras medidas econômicas nem sociais importantes dirigidas a reduzir os efeitos negativos da pandemia entre os trabalhadores tomadas pelo governo central.

²⁷ Dados oficiais disponíveis em: <https://covid.saude.gov.br/>

²⁸ Ver <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/05/03/fas-de-bolsonaro-celebram-dia-da-liberdade-da-imprensa-socando-jornalistas.htm>

²⁹ Ver <https://brasil.elpais.com/politica/2020-04-19/bolsonaro-endossa-ato-pro-intervencao-militar-e-provoca-reacao-de-maia-stf-e-governadores.html>

³⁰ A medida é fruto da pressão da bancada da esquerda.

³¹ Mais informação em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-auxilio-emergencial-de-r-600-covid-19>

Apesar de a orientação do ex-ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta, ter sido a de estabelecer o isolamento social obrigatório, ele não foi declarado em todo o território nacional. Se esta é a única medida atual eficaz contra o vírus, torna-se este o elemento central para entender a imensidade de casos no Brasil. A decisão e gestão das medidas de isolamento foram transferidas aos governadores, prefeitos municipais e autoridades institucionais.³² O resultado é um mapa complexo, um caleidoscópio heterogêneo de medidas e decisões em diferentes níveis que, além da pouca eficácia sanitária, traz à luz ou aprofunda as disputas políticas, mesmo entre os que ocupam o mesmo espectro político³³.

Em meados de abril, com 1.924 mortes no país, Mandetta foi dispensado do Ministério de Saúde e substituído por Nelson Teich, que em suas primeiras declarações garantiu um completo alinhamento com o presidente. O novo ministro não completou seu primeiro mês no cargo, e na data atual o país segue sem ministro designado na área. No meio da pandemia, a pasta ficou a cargo do general interino Eduardo Pazuello, quem vem da ala militar³⁴.

As medidas tomadas pelo governo federal para lidar com o vírus seguiram os interesses das grandes empresas, dos bancos e do setor financeiro. Ressalta-se, entre elas, a autorização para redução de salários de empregados por até 3 meses, com compensação parcial do Estado, e a eliminação de indenizações de empresas “prejudicadas” pela crise. Foram também declaradas novas regras para controle

³² Ver <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441447&ori=1>

³³ É o caso do Estado de São Paulo, onde o governador João Doria (PSBD)- até então aliado político do presidente- estabeleceu a quarentena obrigatória, não sem tensão. A decisão de vários governantes de declarar isolamento obrigatório provocou críticas do presidente, ao mesmo tempo em que gerava desapego e distanciamento de seus seguidores mais próximos. Além disso, acrescentam-se as críticas internacionais às ações irresponsáveis do governo nacional brasileiro, que continua priorizando a reprodução da lógica do capital, independentemente do número de mortes.

³⁴ A troca e os abandonos das pastas importantes não se resumem apenas ao âmbito da saúde. Estendem-se, por exemplo, ao Ministério da Justiça, cujo ex-ministro Sergio Moro foi um dos principais expoentes que contribuíram com a eleição de Bolsonaro. O juiz responsável pelo encarceramento de Lula (Luiz Inácio Lula Da Silva) deixou o governo com fortes acusações contra o presidente Bolsonaro por obstrução da justiça. Tratam-se de trocas de acusações que acentuam ainda mais a crise política brasileira, no meio da pandemia.

de lavagem de dinheiro para empresas com ações na bolsa; a possibilidade de renegociação de dívidas de empresas com bancos; a liberação de empréstimos para os bancos, entre outras ³⁵.

No plano das atuações restritivas, também foram fechadas as fronteiras externas, embora de forma escalonada. A primeira proposta de fechar a fronteira com a Venezuela (18 de março) mostra mais uma vez o alinhamento político do país com os Estados Unidos contra “o inimigo externo”; enquanto o Uruguai, aliado de direita, foi deixado por último. Aparecem aqui também os contrastes e delimitações como demarcadores do projeto político.

No plano interno, a fronteira entre quem pode sair e quem não pode não é definida pelo estado central, e a decisão depende, como já foi dito, de cada estado ou município. As medidas foram contundentes para salvar as empresas e o lucro do capital, mas não para garantir a saúde e a vida da classe trabalhadora. A gestão de crises se individualiza e são os próprios sujeitos que decidem se é conveniente sair ou não, até onde se deslocar, e em quais situações. São eles quem ficam no comando das decisões e quem serão responsabilizados ou culpados no fim das contas se pegar o vírus. Uma amostra bruta da hegemonia da razão neoliberal (Dardot e Laval, 2016).

Torna-se importante destacar que isto não significa que o Estado se retira, mas que ele responde aos interesses de certos grupos em detrimento de outros. O Estado se curva às regras da eficácia das empresas privadas, e responde ao projeto político de um governo empresarial. O papel do Estado no Brasil atual é o de garantir, a qualquer custo, a ordem e a regulação do mercado. Estamos diante de uma lógica da mercadorização da instituição pública obrigada a funcionar de acordo com as regras empresariais (Dardot e Laval, 2016). As palavras do Ministro de Economia Paulo Guedes são esmagadoras: “Nós vamos ganhar dinheiro usando recursos públicos pra salvar grandes companhias” ³⁶.

³⁵ Boletim feito pelo Brasil Real Oficial: <https://brenocosta.substack.com/>

³⁶ Declarações feitas em uma reunião dos Ministros com o presidente no dia 22 de abril e difundido pela mídia um mês depois, gerando um grande escândalo nacional. Disponível em: <https://www.youtube.com/>

Para entender a gestão da pandemia no Brasil é necessário localizá-la em um quadro mais amplo do funcionamento do capitalismo neoliberal contemporâneo.

Tanto as ações quanto as omissões do governo federal, em especial as do atual chefe do executivo, ridicularizado pela imprensa internacional, podem ser entendidas como parte de uma política perversa mais ampla de deixar morrer os mais vulneráveis, os pobres, os mais idosos, aqueles que não são considerados úteis ou produtivos, que face às circunstâncias já se encontram relegados à condição de “mortos vivos” (Granada, 2020, p. 2).

Mais uma vez, se torna evidente que quarenta anos de dominação da ideologia neoliberal no mundo desmantelaram a capacidade dos Estados nacionais de enfrentar situações críticas como as da atual pandemia, deixando-os fracos e frágeis diante dos avanços do capital. No caso do Brasil, isso é exacerbado como resultado das políticas de exclusão social e sufocação do regime político democrático em vigor desde 2016 (Pochmann, 2020). O desmantelamento do sistema público de saúde, deixando milhões de pessoas sem as condições básicas de atendimento, aumenta o autoritarismo presidencial, dando origem a um regime neofascista dada a dimensão do genocídio que está ocorrendo, um verdadeiro darwinismo social (Lowy, 2020; Boaventura, 2020; Leher 2020).

A ideia de necropolítica aparece com força em diferentes análises de cientistas sociais (Dunker, 2020; Dino, 2020). A categoria proposta por Mbembe (2016) para pensar na capacidade do Estado de decidir sobre quem pode viver e quem pode morrer, parece potente para explicar a situação atual do Brasil. Seguindo o Saffatle (2020) “Um Estado como o nosso não é apenas o gestor da morte. Ele é o ator contínuo de sua própria catástrofe, ele é o cultivador de sua própria explosão”.

Considerações finais

Propusemos neste trabalho pensar como dois Estados latino-americanos enfrentam a situação crítica exposta pela pandemia de COVID-19. A expansão do novo coronavírus não faz mais do que deixar em evidência, abrir, expor, e em todo caso aprofundar, a crise do sistema capitalista governado pela hegemonia neoliberal durante as últimas décadas.

Os projetos políticos dos diferentes governos nacionais devem ser entendidos a partir deste pano de fundo, como processos constantes de disputas de interesses, em um mundo no qual o avanço da lógica financeira do capital vem destruindo a classe trabalhadora. A correlação de forças é dinâmica e está em constante disputa, cristalizando-se, em certos momentos históricos, em determinados modelos de Estado, que podem tentar frear ou acelerar o processo de acumulação.

Frente à expansão da pandemia, a Argentina e o Brasil se constituem em modelos opostos. No primeiro, as medidas de prevenção e políticas públicas voltadas à classe trabalhadora (embora também existam para a classe empresarial) aparecem rapidamente, de mãos dadas com um projeto político que busca - dentro de seus limites - priorizar a saúde e a vida das pessoas. O recente triunfo da fórmula de Fernandez-Fernandez em dezembro passado junto às políticas adotadas diante da pandemia abre caminhos para pensar qual é o modelo de estado que será colocado. Estamos diante do retorno de um estado «neo-desenvolvimentista», «neo-keynesiano» ou pelo menos «pós-neoliberal»? Ainda, talvez os conceitos antigos não sirvam para teorizar essa nova experiência. Não faltam reflexões sobre isto (Grimson, 2020, Natanson, 2020) e os caminhos a serem tomados ainda não estão definidos.

O Brasil, pelo contrário, aparece como o caso em que a necropolítica é exposta pelas mãos de um regime estatal neofascista. A exacerbação da razão neoliberal que deixa nas costas dos sujeitos individuais qualquer responsabilidade se torna mais evidente ainda.

Se compararmos os dados das mortes dos dois países, o contraste é explícito. Na Tabela 1 são apresentados os números semanais, a partir dos informes oficiais de cada país. Seguindo a proposta de pesquisadores da Universidade Nacional de Buenos Aires (UBA)³⁷, a coleta de dados começa no dia 17 de março, quando os dois países tiveram 2 casos de mortes por coronavírus. No final do mês de março, o Brasil tinha 201 casos e a Argentina 27. Já no dia 5 de maio, enquanto o Brasil contabiliza 7921 mortes, a Argentina tinha 264. Finalmente, o último dado do dia 26 de maio deixa em evidência a disparada da curva no Brasil, com 24.512 mortes, frente à relativamente controlada situação de Argentina, com 484 mortes.

Tabela 1

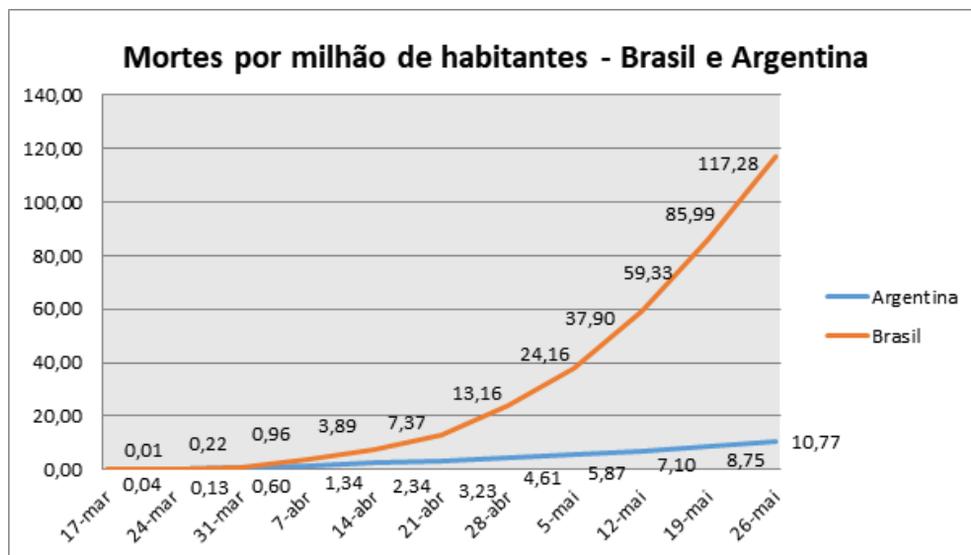
N° de mortes por COVID-19 - Brasil e Argentina		17-mar.	24-mar.	31-mar.	7-abr.	14-abr.	21-abr.	28-abr.	5-mai.	12-mai.	19-mai.	26-mai.
Brasil	2	46	201	814	1541	2751	5050	7921	12400	17971	24512	
Argentina	2	6	27	60	105	145	207	264	319	393	484	

Fonte: Ministério de Saúde do Brasil e Informes diários do governo da Argentina. Elaboração própria.

Dada a diferença no número de habitantes de ambos os países, também é feita uma comparação relativa, em termos do número de mortes por milhão de habitantes. O Gráfico 1 mostra a diferença nas curvas. É importante deixar claro que é considerado o número de mortes e não o número de infectados porque o mesmo varia muito segundo a quantidade de testes feitos e a velocidade da obtenção dos resultados dos mesmos, nos distintos momentos de cada país (Pesquisa UBA).

³⁷ Divulgaram um estudo no qual compararam estatisticamente o número de casos nos dois países. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/263486-coronavirus-un-analisis-comparativo-entre-brasil-y-argentina>

Gráfico 2



Fonte: Ministério de Saúde do Brasil e Informes diários do governo da Argentina. Elaboração própria.

Quando a comparação é feita a partir das mortes por milhão de habitantes, a marcada diferença nas curvas se confirma. Se no dia 17 de março Argentina tinha 0,01 mortes por milhão de habitantes, Brasil tinha 0,04. Com o passar das semanas, esses dados chegam no dia 26 de maio a 117,28 para o Brasil e 10,77 para a Argentina.

Esses números não apenas mostram, como sugerimos no início, que a pandemia deixa em evidência a centralidade do papel dos Estados nacionais. Mostram também que as medidas adotadas (ou não) e os modelos de Estado colocados são decisivos nas possibilidades de vida ou morte das pessoas.

Para além das ações definidas para os distintos grupos sociais, a determinação de impor o isolamento obrigatório em todo o território nacional desde o início, aparece como decisiva na diferença das curvas. A negativa de fazê-lo no Brasil deixa as consequências à vista. Em períodos de crises, se torna central a administração do poder por parte dos governos nacionais.

Esse fenômeno histórico que estamos vivenciando abre várias reflexões (Rolnik, 2020; Orovitz 2020; Svampa, 2020) sobre as possibilidades de romper a hegemonia neoliberal que governa o mundo e a reconstrução de novos papéis dos Estados como protagonistas do bem-estar econômico, político e social das populações. Como aponta Teruggi (2020), essa tendência foi crescente na América Latina, com as revoltas do ano passado no Equador, Chile ou a vitória eleitoral do Frente de Todos na Argentina. No entanto, podemos acrescentar, compensados pela persistência do neofascismo no Brasil ou o golpe de estado na Bolívia.

A forma que os estados latino-americanos assumirão na pós-pandemia dependerá da dinâmica correlação de forças, da capacidade dos diferentes atores, grupos e organizações sociais de equacionar demandas e impô-las, em uma arena em constante disputa. Mais uma vez, torna-se central pensar nos Estados como arenas de disputa, como espaços de cristalização de lutas sociais.

Ainda, dependerá de como se desdobra a luta de classes, pois estamos sempre refletindo dentro dos limites do sistema capitalista. As possibilidades de construção de outro sistema social não foram deixadas de fora da catarata de reflexões em tempos de quarentena³⁸, mas excedem os objetivos deste artigo. Como Boaventura (2020) aponta, o retorno à “normalidade” é cheio de perguntas incertas.

Referências bibliográficas

CALLIL, Gilberto. América do Sul e o Covid-19: diferentes políticas, resultados opostos. *Correio da cidadania*. 16/04/2020. Disponível em: <https://www.correiodacidadania.com.br/2-uncategorised/14136-america-do-sul-e-o-covid-19-diferentes-politicas-resultados-opostos>

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

³⁸ Ver por exemplo Zizek (2020).

DINO, Flavio. Coronavírus e fascismo: patologias que desafiam o Brasil. In: *Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois* / Recurso digital. – Projeto Editorial Praxis. 2020.

DUNKER, Christian. Oniropolítica contra Necropolítica. *Carta Maior*. 12/04/2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sociedade-e-Cultura/Onipolitica-contra-Necropolitica/52/47139>

FLORES PENHA VALLE, André e DEL PASSO, Octavio F. As frações burguesas na crise da covid-19: apontamentos preliminares. *Brasil de Fato*. São Paulo, 16 de abril 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/16/artigo-as-fracoes-burguesas-na-crise-da-covid-19-apontamentos-preliminares>.

FONTES, Virgínia. Coronavírus e a crise do Capital. *Entrevista realizada pela Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe*. 2020. Disponível em: <https://adufs.org.br/conteudo/1883/coronavirus-e-a-crise-do-capital-entrevista-com-virginia-fontes>

GARCÍA LINERA, Álvaro. *Democracia, Estado, Nación*. Vicepresidencia del Estado Plurinacional. La Paz. 2016.

GARCÍA LINERA, Álvaro. Una lectura a partir de Poulantzas. Estado, democracia y socialismo. *Conferencia publicada en Rebelión*. 2015. Disponível em: <https://rebellion.org/estado-democracia-y-socialismo/>

GOMES RIBEIRO, Marcelo. A hegemonia no debate público de dois projetos do espectro político de direita. *Observatório das metrópoles*, 26/03/2020. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/a-hegemonia-no-debate-publico-de-dois-projetos-do-espectro-politico-de-direita/?utm_source=Boletim&utm_medium=E-

GRANADA, Daniel. A gestão da pandemia do Coronavírus (Covid 19) no Brasil e a necropolítica: Um ensaio sobre uma tragédia anunciada. *Portal da ANPOCS*, 07/04/2020. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2327-boletim-n-15-a-gestao-da-pandemia-do-coronavirus-covid-19-no-brasil-e-a-necropolitica-um-ensaio-sobre-uma-tragedia-anunciada>

GRIMSON, Alejandro (coomp.) *El futuro después del COVID – 19*. Argentina Unida. Buenos Aires. 2020.

HARVEY, David. Neoliberalism Is a Political Project. *Entrevista publicada em Revista Jacobim*. 2016.

LEHER, Roberto. Darwinismo social, epidemia e fim da quarentena: notas sobre os dilemas imediatos. *Carta Maior*. 29/03/2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Darwinismo-social-epidemia-e-fim-da-quarentena-notas-sobre-os-dilemas-imediatos/4/46972>

LOWY, Michael. “Gripezinha”: O neofascista Bolsonaro diante da epidemia. In: *Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois* / Recurso digital. – Projeto Editorial Praxis. 2020.

MASCARO, Alysso Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaio*. N. 32. Rio de Janeiro, 2016.

MOSEQUERA, Martín. Reflexiones apresuradas sobre la crisis en curso. Hay un gran desorden bajo el cielo ¿la situación es excelente? Buenos Aires. *Revista Intersecciones*, 2018.

NATANSON, José. Argentina, el virus y el presidente. *Nueva Sociedad* 287, Mayo - Junio 2020.

OROVITZ SANMARTINO, Jorge. Apuntes para comprender el Estado y la política en Argentina (2001-2011). *IX Jornadas de Sociología*. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires. 2011

OROVITZ SANMARTINO, Jorge. Crisis, acumulación y forma de Estado en la Argentina post-neoliberal. *Cuestiones de Sociología La Plata* No. 5-6, 2009, pp. 235-253.

OUVIÑA, Hernán. El Estado: su abordaje desde una perspectiva teórica e histórica. In: Lifszyc, Sara (comp.). *Introducción al conocimiento de la Sociedad y el Estado*. Buenos Aires: Gran Aldea Editores, 2002.

POCHMANN, Marcio. Sobre o papel do estado na economia e covid-19. In: *Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois* / Recurso digital. – Projeto Editorial Praxis. 2020.

ROLNIK, Raquel. Conferência virtual: Derecho a la ciudad en tiempos de pandemia. *Civitic Estudios Urbanos e Flaco*. 6/5/2020.

SAFATLE, Vlademir. Bem-vindo ao estado suicidário. In: *Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois* / Recurso digital. – Projeto Editorial Praxis. 2020.

SVAMPA, Maristella. Reflexiones para un mundo post-coronavirus. In: *La fiebre*. Editorial ASPO. 2020.

TERUGGI, Marco. Lo que confirmó y nos quebró el coronavirus. *Página 12*. Buenos Aires. 8/04/2020. Disponible In: <https://www.pagina12.com.ar/258193-lo-que-confirmo-y-nos-quebro-el-coronavirus>

THWAITES REY, Mabel. Apuntes (modestos) para pensar (y superar) los límites que se imponen a los anhelos de la izquierda. (In): NICANOFF, Sergio M. (Org.). *Resistencia o Integración*. Dilemas de las organizaciones populares de Argentina y América Latina. Cuadernos de Contrahegemonía. Buenos Aires: Revista Herramienta, 2019. pp. 11-36.

ŽIŽEK, Slavoj. El coronavirus es un golpe al capitalismo a lo Kill Bill. In: *Sopa de Wuhan*. Editorial ASPO. 2020.